

EDITORIAL

Prezado leitor,

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal tem a satisfação de anunciar a publicação de novo número da Revista da AGU, composto por 10 artigos recebidos pelo sistema de submissão contínua e aprovados pelo processo de “avaliação cega por pares”, em conformidade com as diretrizes editoriais do periódico.

Em observância à ordem alfabética dos primeiros autores, a sequência de artigos é inaugurada pelo trabalho de Ademar de Sousa Filho e Lucas Silva, que revisita a trajetória jurisprudencial da liberdade de expressão no direito constitucional dos Estados Unidos para analisar os critérios a serem utilizados na compreensão dessa garantia em contextos excepcionais de grave risco à democracia.

Adotando, como referencial teórico, a ideia de Constituição em rede formulada por André Ramos Tavares, o artigo de Flávio Freitas e Jhulliem Rodrigues avalia a possibilidade de compatibilização da lógica algorítmica, estruturada por racionalidade instrumental, padronização e inferência estatística, com os princípios de abertura, complexidade e diálogo normativo que fundamentam referida compreensão teórica a respeito da Constituição.

Em investigação acerca dos impactos da internação involuntária sobre a liberdade individual e a dignidade da pessoa humana, Lorena Azevedo e Rafael Mello Ferreira defendem a necessidade de um sistema de saúde mental que priorize o cuidado em liberdade, promova a autonomia do indivíduo e assegure a participação de todos os atores sociais na construção de um ambiente mais justo e humano.

Considerando a experiência observada na Administração Pública da União e deem seis estados-membros da Federação, Luciano Vicente, Sandro Dezan e Ricardos Cunha abordam o instituto da prescrição da sanção administrativa disciplinar, com a finalidade de averiguar o tratamento que lhe é conferido pela Administração Pública brasileira.

Luiz Gustavo Tiroli, Diogo da Silva e Maurício Saliba propõem a reconstrução dos direitos humanos a partir dos pressupostos teórico-metodológicos do materialismo histórico-dialético, de modo a afastá-los de sua origem liberal-burguesa e assentá-los em uma base revolucionária que os apreenda como espaço de resistência nos limites da sociabilidade capitalista.

Com o propósito de contribuir para a legitimidade, a coerência e a eficiência do ordenamento jurídico, Omar Melo, Luciana Yeung e Fillipe Rodrigues introduzem uma nova dimensão da Análise Econômica do

Direito (AED), a qual denominam AED Interpretativa, que direciona seu foco para os processos subjacentes à criação e à aplicação das normas jurídicas.

Rodrigo Lócio e Carla da Veiga realizaram levantamento acerca de desafios e oportunidades relacionados à inovação no setor público, enfocando os antecedentes organizacionais que afetam o processo inovador. A investigação envolveu a análise de 19 iniciativas inovadoras propostas pela Procuradoria-Geral Federal ao Prêmio Innovare entre os anos de 2004 e 2022.

A partir de revisão de literatura a respeito dos modelos de Administração Pública, Vinícius da Silva, Deivid Forgiarini e Gisele Souza examinam a trajetória da Administração Pública do Estado do Acre com os objetivos de descrever suas características, identificar os principais desafios enfrentados pela gestão pública desse estado-membro e propor metodologias voltadas ao seu aprimoramento.

Respaldados pelo conceito de racionalidade ambiental elaborado por Enrique Leff, Viviane Grassi e Geovani Broering afirmam a necessidade de uma transformação paradigmática rumo à adoção de um modelo de desenvolvimento que integre sustentabilidade ecológica, justiça social e respeito à diversidade cultural.

Por fim, Yanka Pinto, Rafael Fonseca Ferreira e Ignácio Fontana dissertam sobre o direito à inclusão digital dos produtores rurais, sinalizando as implicações derivadas da sociedade da informação e as soluções para garantir a inclusão digital, a qual demanda a atuação ativa e permanente do Estado por meio de políticas públicas adequadas.

A Escola Superior da Advocacia-Geral da União agradece a todos os envolvidos no processo editorial do periódico e convida o leitor a apreciar os artigos científicos ora descritos por meio de consulta à Revista da AGU eletrônica, disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/>.

Boa leitura!

Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio
Coordenador-Geral de Pós-Graduação da Escola Superior da AGU